

PROPRIETÁRIOS DA MADALENA E CRIAÇÃO VELHA (ILHA DO PICO) EM FINAIS DO SÉCULO XIX. FAMÍLIA E PATRIMÓNIO (ESTUDO DE CASOS)*

CARLOTA SANTOS**

MARIA HERMÍNIA MESQUITA***

1. OBJECTIVOS, MATERIAL E MÉTODOS

No sentido de proceder a uma análise histórica dos comportamentos demográficos e da dinâmica populacional da ilha do Pico, numa perspectiva micro-analítica de longa duração, foram construídas ao longo das duas últimas décadas, por aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias» (AMORIM, 1991), bases de dados demográficas e genealógicas para as 17 freguesias que correspondem à sua actual divisão administrativa, a partir do levantamento da informação proveniente dos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos.

Nestas bases de dados, abertas ao cruzamento nominativo, têm sido progressivamente introduzidas informações seriais facultadas por diversas fontes de carácter social, económico e fiscal, viabilizando a observação de comportamentos diferenciados no interior da população (AMORIM, 1992; MESQUITA, 1998; SANTOS, 2004b; SANTOS, 2009), o estudo das estratégias matrimoniais adoptadas para assegurar a preservação e ampliação do património familiar (AMORIM & SANTOS, 2009), a análise da interacção estabelecida entre estruturas demográficas e estruturas do parentesco entre subpopulações (SANTOS, 2004b).

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** Universidade do Minho/CITCEM – csantos@ics.uminho.pt

*** Universidade do Minho/CITCEM – hermimesquita@sapo.pt

O tratamento de dados nominais, proporcionados pelas matrizes prediais produzidas no início da década de 1880, permitiu ainda avançar para uma compreensão abrangente da estrutura da propriedade nas comunidades de S. João (AMORIM, 2004b), Santo Amaro (AMORIM, 2005), S. Caetano (AMORIM, 2006), Lajes do Pico (AMORIM, 2007; AMORIM, 2009), S. Mateus (AMORIM, 2008) e Praínha do Norte (AMORIM, 2009).

Visando prosseguir esta última linha de investigação, que se pretende alargar à escala insular, procedemos à recolha e organização dos vários dados referentes aos indivíduos que constam como proprietários nas matrizes prediais, com data de 1884 para duas freguesias da zona ocidental da ilha: Madalena, sede do município com o mesmo nome, e Criação Velha, paróquia desmembrada da primeira no início do século XIX.

Nestas matrizes, cujo processo de elaboração teria sido lento, cada indivíduo aparece relacionado com as propriedades que detém através de uma atribuição nominal, seguida da respectiva localização, área, confrontações, descrição e rendimento colectável.

Enquanto a matriz da Criação Velha se encontra completa, com a descrição de 5084 registos prediais, a matriz da Madalena apresenta inúmeras lacunas resultantes do mau estado de conservação dos livros existentes. De um total de 8266 registos de propriedade aí inscritos, apenas 4081 se conservaram intactos (49,37% de casos) o que impede a caracterização do conjunto de propriedades imputadas a cada indivíduo.

Para ambas as freguesias, utilizámos ainda a informação retirada dos mapas impressos das matrizes prediais, publicados em 1884 pela Imprensa Nacional, onde constam por ordem alfabética os nomes dos contribuintes inscritos como proprietários, sua residência, números dos artigos a que correspondem os prédios na matriz e, finalmente, o rendimento colectável global. Estas informações adicionais minimizaram, em alguma medida, as deficiências de base encontradas na matriz da Madalena, embora permaneçam mais limitadas as possibilidades de uma análise aprofundada na sede do concelho.

Construído um quadro geral sobre a efectiva distribuição da propriedade (por género, por local de residência e por rendimento colectável), privilegiámos uma leitura casuística que permitisse ilustrar a interacção existente entre comportamentos demográficos específicos e a maior ou menor capacidade de acesso à propriedade fundiária. Para este efeito, seleccionámos a partir do escalonamento dos rendimentos colectáveis, um grande, um médio e um pequeno proprietário cujas trajectórias genealógicas e familiares foram reconstituídas ao longo de várias gerações, após identificação dos mesmos nas bases de dados disponíveis para o concelho da Madalena (ilha do Pico) e para a cidade da Horta (ilha do Faial).

Esta abordagem pretende configurar o leque de estratégias adoptadas por famílias representativas de diferentes estratos sociais que, embora com desigual disponibilidade

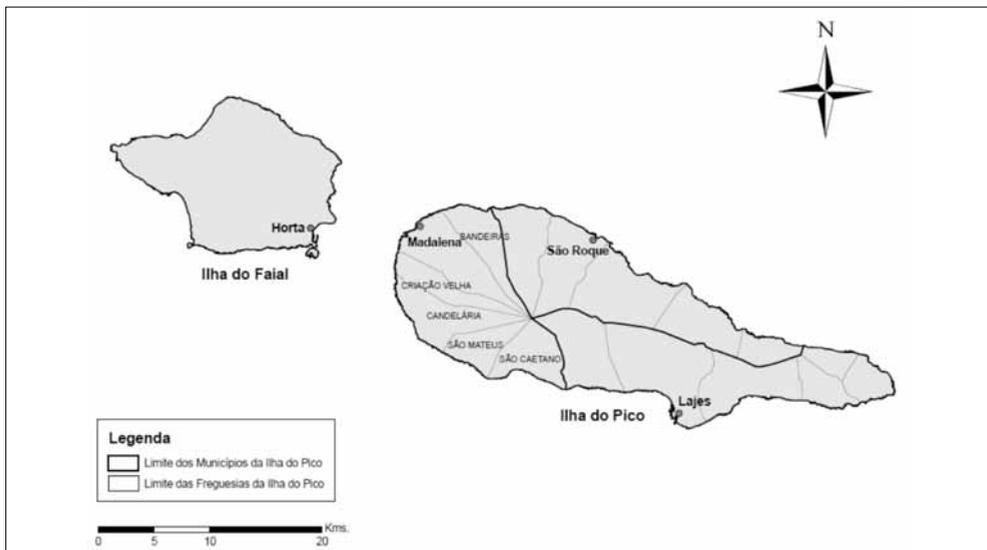
económica, visavam garantir a sobrevivência do agregado de origem e da geração descendente através de decisões conducentes à ampliação do património familiar ou, pelo menos, à sua preservação. O processo de selecção do cônjuge, a antecipação ou adiamento do matrimónio ou ainda a opção por um destino migratório de média ou longa distância, constituíram mecanismos recorrentes nestas populações limitadas por múltiplos constrangimentos associados à sua condição insular.

2. GEOGRAFIA E RECURSOS

Com uma área de 433 km² e de constituição vulcânica, a ilha do Pico é dominada por uma montanha que se eleva a 2.351 metros de altitude. A sua população, condicionada por uma complexa orografia, fixou-se desde o início do povoamento nas partes baixas do litoral, onde as melhores terras foram exploradas para a cultura de legumes, tubérculos, árvores de fruto e cereais. Nos terrenos altos expandiram-se as pastagens para o gado que, em algumas zonas, ultrapassam os 800 metros de altitude.

Dos três municípios em que actualmente se reparte, o da Madalena ocupa uma área de 149,08 km² distribuída pelas freguesias da Madalena (32,95 km²), Criação Velha (16,39 km²), Bandeiras (25,92 km²), Candelária (31,72 km²), S. Mateus (17,74 km²) e S. Caetano (24,36 km²). No início do século XIX, a paróquia da Criação Velha autonomizou-se da primeira, enquanto S. Caetano passaria por idêntico processo em 1886 relativamente à grande freguesia de S. Mateus.

Mapa 1 – Ilhas do Pico e do Faial



Fonte: Instituto Geográfico do Exército, Portugal.

No seu conjunto, a ilha sempre se ressentiu de uma produção cerealífera deficitária, compensada por uma solidária complementaridade económica tradicionalmente mantida com a ilha do Faial, induzida pela proximidade geográfica e pela curta distância marítima que separa os portos da Horta e da Madalena.

Em contrapartida, tanto a suavidade climática da região como as características do solo, fertilizado por lavas vulcânicas recentes, favoreceram o desenvolvimento da vitivinicultura sobretudo na zona ocidental, estimulando a produção e comercialização de um vinho de excelente qualidade, exportado para os mercados do Norte da Europa, Rússia, Estados Unidos da América e Brasil, a partir do porto da Horta. No ano de 1853, à semelhança do que ocorreu em território continental e nas restantes ilhas do arquipélago, a produção vinícola do Pico viu-se severamente reduzida por uma praga de *oidium* que, devastando grande parte dos vinhedos, determinou a replantação dos terrenos, no início da década de 1870, com uma vinha de casta inferior (*Isabella*) seleccionada pela sua maior resistência mas resultando num produto final de menor qualidade, destinado ao consumo local (João, 1991).

Os indicadores de produção organizados por Norberta Amorim para as quatro ilhas do ex-distrito da Horta (AMORIM, 2004a), com base na informação fornecida pelas Estatísticas do Governo Civil do Distrito Autónomo da Horta para o ano de 1884, confirmam o contributo económico da cultura da vinha em todo o concelho, mas particularmente nas freguesias da Madalena e Candelária onde a produção anual de vinho alcançou 79,8% num total de 101.420 litros. Dos seus derivados, o quantitativo de aguardente adquiriu maior expressão nas Bandeiras e Madalena que, em conjunto, produziram 68% dos 19.190 litros contabilizados em todo o município, enquanto a produção de vinagre se concentrou na Candelária, representando 60,8% em 26.320 litros.

Nas terras mais férteis de S. Mateus, que nessa data ainda integrava o lugar de S. Caetano onde se localiza a faixa produtiva da *Terra do Pão*, o cultivo de milho era claramente superior ao das restantes freguesias da região ocidental, assegurando 67,2% dos 431.486 litros de cereal obtidos no concelho. Nestes terrenos menos agrestes, a ampla área de pastagens que aí predomina propiciou a criação de gado bovino e caprino cujo número de cabeças atingiu os 35,4%, superando os 25,1% e 21% registados na Madalena e Bandeiras, respectivamente. Da produção de lã que lhe está associada, 32,9% correspondiam a S. Mateus, 29,3% à Madalena e 20,2% às Bandeiras, totalizando 82,4% dos 2.220 quilos de lã, preta e branca, recolhidos.

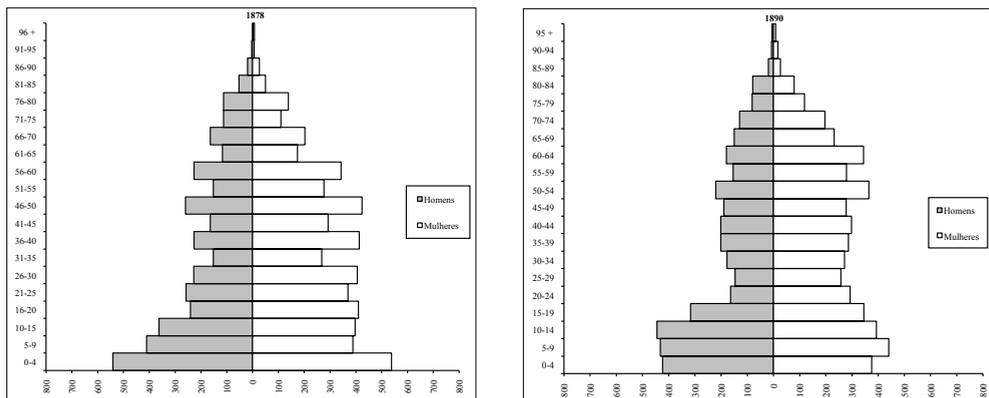
Das restantes produções agrícolas, ancorando uma economia familiar de subsistência, apenas foram referenciados os valores globais para o concelho: 509.000 quilos de batata inglesa, 235.000 quilos de batata-doce, 156.270 quilos de inhames e 1.500 litros de feijão.

3. ESTRUTURA POPULACIONAL E TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

Replicando a tendência evolutiva da população em todo o município, as freguesias da Madalena e Criação Velha registaram um crescimento demográfico assinalável entre finais de Setecentos e a década de 1820, entrando posteriormente numa longa fase depressiva que se prolongou até 1920 (SANTOS, 2004b).

Extremamente dependente da produção vinícola, a região foi particularmente abalada pela crise dos vinhedos que provocou o esvaziamento dos campos e o empobrecimento de um largo sector da população abrangendo trabalhadores rurais, mas também artesãos, incumbidos do fabrico e preparação do vasilhame, ou ainda trabalhadores portuários e marítimos ocupados nas tarefas de embarque e distribuição. Este cenário recessivo, potenciando as saídas migratórias de longa distância, onde se destacam como destinos privilegiados o Brasil e os Estados Unidos da América, explica a estrutura populacional reflectida nas pirâmides etárias do concelho, relativas a 1878 e 1890 (Figura 1).

Figura 1 – Pirâmides de idades no concelho da Madalena (1878 e 1890)



Fonte: Recenseamentos nacionais portugueses.

Com efeito, tratando-se de uma população pré-transicional, a retracção do volume de efectivos jovens, que se acentuou progressivamente ao longo da segunda metade de Oitocentos, não pode ser atribuída à implantação de práticas malthusianas. Esse fenómeno, associado a uma baixa representatividade de activos e a uma forte desproporção entre o número de homens e mulheres em idade reprodutiva, revela antes os efeitos de uma emigração selectiva que atinge preferentemente o sexo masculino.

Se considerarmos que a relação de masculinidade da população em idade reprodutiva (20-44 anos) equivalia a cerca de 59 e 63 homens para 100 mulheres, em 1878 e 1890 respectivamente, será igualmente compreensível o significativo acréscimo das

taxas de celibato definitivo registadas para o sexo feminino, que ascenderam de 5,6% na primeira metade do século para 18% na segunda (SANTOS, 2004b).

Nesta conjuntura económica e demográfica pouco equilibrada, o adiamento do primeiro matrimónio constituiu uma opção generalizada. Em anterior estudo, onde se procedeu a uma comparação dos comportamentos nupciais observados em várias freguesias da ilha do Pico (AMORIM & SANTOS, 2009), foram contudo detectadas algumas diferenças entre regiões e entre grupos ocupacionais, que permitiram confirmar um maior impacto demográfico deste ciclo depressivo na zona ocidental.

Com efeito, num quadro geral de elevadas idades médias ao primeiro casamento (Tabela 1), quando comparadas com outras regiões europeias coetâneas (HENRY & HOUDAILLE, 1979; FLINN, 1981), verificou-se sempre um maior adiamento na Madalena e maior antecipação na Candelária, embora em qualquer uma das freguesias tenha sido notável o aumento das idades, em ambos os sexos, durante a segunda metade do século.

**Tabela 1 – Idade média ao primeiro casamento por períodos
Madalena, Criação Velha e Candelária (1800-1899)**

Períodos de casamento	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
Madalena				
1800-1849	578	28,9	635	25,6
1850-1899	405	30,8	473	27,8
Criação Velha				
1801-1849	266	27,8	288	25,0
1850-1899	207	29,9	240	27,3
Candelária				
1800-1849	561	26,6	590	24,2
1850-1899	355	28,3	379	27,0

Fonte: Bases de dados da Madalena, Criação Velha e Candelária.

Nota: Nubentes ao primeiro casamento, com idades inferiores a 50 anos.

Por outro lado, a análise diferencial viabilizada pelo cruzamento nominativo da informação proveniente dos diferentes tipos de registos paroquiais e de mapas da população oitocentistas, onde são mencionadas as profissões dos chefes de família, indicou a actuação de mecanismos particularmente constrangedores no grupo de proprietários, explicando o pronunciado atraso na celebração do primeiro matrimónio, em contraste com a maior precocidade ao casamento que sempre caracterizou a população marítima (Tabela 2). Deverá contudo referir-se que, nas fontes que ser-

viram de base a esta categorização, a designação de «proprietário» é bastante mais restrita do que a utilizada nas matrizes prediais, sendo apenas aplicável a indivíduos cujo rendimento auferido pela exploração das terras apropriadas garantia por si só a sobrevivência dos seus agregados domésticos e, eventualmente, a da família alargada.

**Tabela 2 – Idade média ao primeiro casamento por grupos ocupacionais e por períodos
Madalena, Criação Velha e Candelária (1800-1899)**

Períodos de Casamento	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
Agricultores e trabalhadores rurais	358	28,2	363	24,8
1800 – 1849				
1850 – 1899	576	29,7	610	27,6
Marítimos	77	24,9	79	23,3
1800 – 1849				
1850 – 1899	130	26,8	155	25,7
Artesãos	49	27,9	62	25,2
1800 – 1849				
1850 – 1899	80	28,5	103	25,4
Proprietários	40	28,7	44	24,6
1800 – 1849				
1850 – 1899	49	39,2	63	27,8

Fonte: Bases de dados da Madalena, Criação Velha e Candelária.

Nota: Casamentos em que a ocupação do chefe de família é conhecida. Nubentes ao primeiro casamento, com idades inferiores a 50 anos.

Para os detentores da média ou grande propriedade, a conservação ou elevação do estatuto social dos seus filhos e filhas em idade núbil constituía uma prioridade, implicando a activação de alianças matrimoniais homogâmicas destinadas a ampliar o património familiar que, por herança, tenderia a ser igualmente repartido pela geração descendente. Neste contexto, sendo estreito o leque de opções para a escolha de um cônjuge de estatuto social idêntico numa sociedade limitada pela geografia e outros condicionalismos insulares, apenas as famílias influentes poderiam manobrar esse processo de forma ágil. Como alternativa para o enriquecimento individual, a emigração transatlântica dos filhos varões surgia como solução relativamente acessível para os médios e pequenos proprietários que, no seu retorno, teriam acumulado algum capital que lhes permitisse alargar o património fundiário transmitido ou a transmitir por via sucessória e, conseqüentemente, lhes facilitasse o acesso a um matrimónio vantajoso.

A implementação destas estratégias, sendo por regra prolongada no tempo, justifica a prevalência de enlacs particularmente tardios neste estrato social, bem como a sua dilatação durante a conjuntura económica crítica que se instalou na década de 1850, determinando uma redução acentuada das respectivas taxas de fecundidade legítima (SANTOS, 2004b).

Num quadro de baixa mortalidade geral, que distinguiu a ilha do Pico das restantes ilhas do arquipélago e de outras populações europeias da mesma época (ROCHA & RODRIGUES, 1983), foi ainda possível constatar que a esperança média de vida das gerações nascidas no município da Madalena entre 1800 e 1870 foi superior na amostra de casais de proprietários (SANTOS, 2004b), o que reflectirá a interferência de uma maior disponibilidade económica destas famílias e, por esta via, a acessibilidade a meios de subsistência e a cuidados médicos que actuariam favoravelmente no quotidiano familiar e na longevidade individual.

4. PROPRIETÁRIOS DA MADALENA E CRIAÇÃO VELHA

No início da década de 1880, dos proprietários listados nas matrizes prediais do conjunto Madalena/Criação Velha, 78,2% residiam em uma das freguesias. Destes, 54,2% detinham um qualquer tipo de propriedade na sede do concelho e 24% na paróquia vizinha, independentemente da sua dimensão e respectivo rendimento, sendo os restantes 21,8% naturais de outras localidades (Tabela 3).

Tabela 3 – Proprietários da Madalena e Criação Velha

Local de residência	Local das propriedades				Total	
	Madalena		Criação Velha			
	N	%	N	%	N	%
Madalena	1019	41,7	112	4,6	1131	46,3
Criação Velha	306	12,5	474	19,4	780	31,9
Madalena e Criação Velha	1325	54,2	586	24,0	1911	78,2
Outras localidades	297	12,2	234	9,5	531	21,8
Total	1622	66,4	820	33,6	2442	100

Fonte: Mapa das matrizes prediais da Madalena e Criação Velha, 1884.

No entanto, observando separadamente cada um dos espaços, verifica-se ter sido mais elevada a proporção de indivíduos moradores na Criação Velha com propriedades na Madalena (12,5%) do que a situação inversa (4,6%). Esta divergência dever-se-á sobretudo a uma desigual extensão das respectivas áreas apropriáveis, mas decorrerá simultaneamente da estreita relação de parentesco estabelecida entre subpopulações

(SANTOS, 2004b) que, ao longo de várias gerações, esteve na origem de sucessivas transferências do património familiar por via matrimonial e sucessória.

Menos discrepantes, as frequências relativas de proprietários com residência exterior corresponderam a 12,2% de casos na Madalena e a 9,5% na Criação Velha.

Numa perspectiva de género, e agregando todos os locais de residência, concluímos que cerca de 70% dos proprietários referenciados nos mapas que resumem as matrizes de ambas as paróquias eram de sexo masculino (Tabela 4 e Tabela 5). Contudo, isolando os moradores na Madalena e Criação Velha, observou-se uma maior participação de mulheres em qualquer um dos espaços, rondando os 34%.

No conjunto, sobressai ainda uma expressiva representatividade do sexo feminino entre os residentes na ilha do Faial com propriedades na Madalena (25,9%) e na Criação Velha (26,3%).

Tabela 4 – Proprietários da Madalena (por freguesia de residência e género)

Freguesia de residência	Homens		Mulheres		Instituições		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Madalena	669	65,6	349	34,3	1	0,1	1019	100
Criação Velha	234	76,5	71	23,2	1	0,3	306	100
Bandeiras	99	81,8	22	18,2	0	0	121	100
Ilha do Faial	120	74,1	42	25,9	0	0	162	100
Outras freguesias da Ilha do Pico	9	90,0	1	10,0	0	0	10	100
Outras Ilhas e Continente	3	75,0	1	25,0	0	0	4	100
Total	1134	69,9	486	30,0	2	0,1	1622	100

Fonte: Mapa da matriz predial da Madalena, 1884.

Tabela 5 – Proprietários da Criação Velha (por freguesia de residência e género)

Freguesia de residência	Homens		Mulheres		Instituições		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Criação Velha	312	65,8	159	33,6	3	0,6	474	100
Madalena	86	76,8	26	23,2	0	0	112	100
Candelária	118	75,6	38	24,4	0	0	156	100
Ilha do Faial	55	72,4	20	26,3	1	1,3	76	100
Outras freguesias da Ilha do Pico	1	50,0	1	50,0	0	0	2	100
Outras Ilhas e Continente	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	572	69,8	244	29,8	4	0,5	820	100

Fonte: Mapa da matriz predial da Criação Velha, 1884.

Os mais altos coeficientes de parentesco encontrados na área concelhia entre paróquias adjacentes, determinados pelo processo de selecção do cônjuge onde a proximidade geográfica desempenhou um papel relevante (SANTOS, 2004b), justificam ainda a presença de uma significativa frequência de proprietários das Bandeiras na Madalena (dos quais 18,2% eram mulheres) e de proprietários da Candelária na Criação Velha (dos quais 24,4% também eram mulheres). Relativamente à distribuição por género dos indivíduos residentes em outras freguesias do arquipélago ou do continente, o seu escasso número inviabiliza qualquer leitura dos valores calculados, por ausência de significado estatístico.

Relacionando o total de proprietários em cada local de residência com o respectivo rendimento global (Tabela 6 e Tabela 7), destaca-se um maior rendimento médio para os 162 moradores no Faial com propriedades na Madalena (20\$022 réis)

Tabela 6 – Relação entre proprietários e rendimento colectável no espaço da Madalena (por freguesia de residência)

Freguesia de residência	Proprietários		Rendimento colectável		Relação RC/Proprietários
	N	%	N (réis)	%	
Madalena	1019	62,8	5392\$463	56,6	5\$292
Criação Velha	306	18,9	650\$852	6,8	2\$127
Bandeiras	121	7,5	156\$572	1,6	1\$294
Ilha do Faial	162	10,0	3243\$553	34,0	20\$022
Outras freguesias da Ilha do Pico	10	0,6	62\$919	0,7	6\$292
Outras Ilhas e Continente	4	0,2	29\$655	0,3	7\$414
Total	1622	100	9536\$014	100	5\$879

Fonte: Mapa da matriz predial da Madalena, 1884.

Tabela 7 – Relação entre proprietários e rendimento colectável no espaço da Criação Velha (por freguesia de residência)

Freguesia de residência	Proprietários		Rendimento colectável		Relação RC/Proprietários
	N	%	N (réis)	%	
Criação Velha	474	57,8	1.177\$308	65,4	2\$484
Madalena	112	13,7	75\$383	4,2	\$673
Candelária	156	19,0	59\$661	3,3	\$382
Ilha do Faial	76	9,3	489\$067	27,1	6\$435
Outras freguesias da Ilha do Pico	2	0,2	0\$000	0	\$000
Total	820	100	1.801\$419	100,0	2\$197

Fonte: Mapa da matriz predial da Criação Velha, 1884.

que se afasta largamente da relação encontrada para os 1019 proprietários residentes na própria paróquia (5\$292 réis). Na Criação Velha a situação é semelhante, com o rácio correspondente aos 76 faialenses (6\$435 réis) a exceder, ainda que em menor medida, o que se refere aos 474 aí residentes (2\$484 réis).

Esta primeira percepção da apropriação do espaço nas duas freguesias, oculta, porém, grandes clivagens na efectiva repartição do rendimento global. Com efeito, a distribuição apresentada na Tabela 8 e na Tabela 9 revela que a percentagem de indivíduos com propriedade e sem qualquer rendimento rondava os 7% na Madalena e os 17% na Criação Velha, o que equivaleria à não exploração ou improdutividade de um número considerável de parcelas de terreno, seguramente de dimensão reduzida.

**Tabela 8 – Distribuição dos proprietários da Madalena segundo o rendimento colectável
(% em relação ao termo)**

Rendimento colectável (réis)	Madalena		C. Velha		Bandeiras		Ilha do Faial		Outras freguesias da Ilha do Pico		Outras Ilhas e Continente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem rendimento	73	4,5	18	1,1	9	0,6	16	1,0	1	0,06	0	0	117	7,2
< \$100	30	1,9	22	1,4	4	0,2	5	0,3	0	0	0	0	61	3,8
\$100-\$499	142	8,8	68	4,2	41	2,5	24	1,5	0	0	0	0	275	17,0
\$500-\$999	117	7,2	51	3,2	24	1,5	15	0,9	1	0,06	1	0,06	209	12,9
1\$000-1\$999	164	10,1	39	2,4	19	1,2	15	0,9	1	0,06	0	0	238	14,7
2\$000-4\$999	199	12,3	67	4,1	18	1,1	17	1,1	4	0,2	1	0,06	306	18,9
5\$000-9\$999	149	9,2	35	2,1	5	0,3	14	0,9	1	0,06	0	0	204	12,6
10\$000-19\$999	97	6,0	6	0,4	1	0,06	26	1,6	1	0,06	2	0,1	133	8,2
20\$000-29\$999	23	1,4	0	0	0	0	10	0,6	1	0,06	0	0	34	2,1
30\$000-39\$999	12	0,7	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	16	1,0
40\$000-49\$999	5	0,3	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	9	0,5
50\$000-99\$999	4	0,3	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	8	0,4
> 100\$000	4	0,2	0	0	0	0	8	0,5	0	0	0	0	12	0,7
Total	1019	62,8	306	18,9	121	7,5	162	10,0	10	0,6	4	0,2	1622	100

Com um valor inferior a 10\$000 réis que, na inexistência de propriedades em outras localidades não permitiria transpor o limiar de pobreza de famílias estruturalmente dependentes dos recursos proporcionados pela terra, encontram-se 79,9% dos proprietários do termo da Madalena e 78% do termo da Criação Velha. Será contudo presumível que os residentes no exterior usufruíssem de um património mais alargado

na própria área de residência, facto que apenas o cruzamento da informação a partir de idênticas fontes poderia esclarecer.

Finalmente, considerando como remediados os indivíduos com rendimento entre 10\$000 e 30\$000 réis (10,3% na Madalena e 4,2% na Criação Velha), restariam respectivamente 2,6% e 0,8% detentores da grande propriedade ou de múltiplas terras de pequena extensão cujo rendimento acumulado garantiria ao agregado doméstico uma situação económica desafogada.

Tabela 9 – Distribuição dos proprietários da Criação Velha segundo o rendimento colectável (% em relação ao termo)

Rendimento colectável (réis)	C. Velha		Madalena		Candelária		Ilha do Faial		Outras freguesias da Ilha do Pico		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem Rendimento	49	6,0	24	2,9	41	5,0	23	2,8	2	0,2	139	17,0
<\$100	53	6,5	24	2,9	40	4,9	5	0,6	0	0	122	14,9
\$100-\$499	90	11,0	28	3,4	45	5,5	7	0,9	0	0	170	20,7
\$500-\$999	70	8,5	9	1,1	12	1,5	6	0,7	0	0	97	11,8
1\$000-1\$999	73	8,9	14	1,7	11	1,3	8	1,0	0	0	106	12,9
2\$000-4\$999	81	9,9	11	1,3	6	0,7	7	0,9	0	0	105	12,8
5\$000-9\$999	30	3,7	2	0,2	1	0,1	7	0,9	0	0	40	4,9
10\$000-19\$999	19	2,3	0	0	0	0	7	0,9	0	0	26	3,2
20\$000-29\$999	7	0,9	0	0	0	0	1	0,1	0	0	8	1,0
30\$000-39\$999	0	0	0	0	0	0	3	0,4	0	0	3	0,4
40\$000-49\$999	2	0,2	0	0	0	0	0	0,0	0	0	2	0,2
50\$000- 99\$999	0	0	0	0	0	0	1	0,1	0	0	1	0,1
>100\$000	0	0	0	0	0	0	1	0,1	0	0	1	0,1
Total	474	57,8	112	13,7	156	19,0	76	9,3	2	0,2	820	100

Esta estreita minoria inclui, em qualquer uma das paróquias, um número assinalável de residentes na ilha do Faial. No termo da Madalena, dos 45 proprietários com rendimento igual ou superior a 30\$000 réis, 20 residiam na cidade da Horta e 25 na própria freguesia, enquanto dos 5 que foram registados no termo da Criação Velha, 3 também eram faialenses. Isolando o escalão de rendimento superior a 100\$000 réis, conotado com o mais elevado estatuto social, verifica-se que eram moradores no Faial 8 dos 12 proprietários da Madalena, bem como o único proprietário da Criação Velha em idêntica situação.

Embora na matriz predial da Madalena não tenham subsistido informações sobre a dimensão de todas as propriedades, tudo leva a crer que uma parte significativa do espaço fosse apropriada por famílias do Faial, tal como se observou na paróquia vizinha onde, num total de 62.908,2 ares, 25,6% dessa área lhes pertencia (MESQUITA, 2007).

5. ESTUDO DE CASOS

5.1. O caso de um grande proprietário da Madalena

Em 1884, o Visconde de Santana, Manuel Alves Guerra (então residente na cidade da Horta), distingue-se no mapa da matriz predial da Madalena como o proprietário com maior rendimento colectável (513\$030 réis), correspondente a três artigos dos quais apenas se conhece a descrição daquela que seria a menor das propriedades: um prédio de vinha localizado na Rua do Outeiro cujo rendimento se limitava a 1\$680 réis. A grande parte do seu rendimento total resultaria, obviamente, das duas outras propriedades, de grande dimensão e com forte probabilidade afectas à cultura da vinha.

Nasceu em Lisboa a 4 de Setembro de 1814 e viria a falecer na Horta a 25 de Fevereiro de 1895, aos 80 anos de idade. A transferência da sua residência para o Faial no ano de 1840 teria sido ditada pela morte de seu irmão mais velho, Rodrigo Alves Guerra, nascido também em Lisboa na freguesia de S. Nicolau, em 27 de Outubro de 1801, casado com Francisca Emília Ribeiro a 21 de Maio de 1832 na Horta, onde faleceu a 30 de Novembro de 1840, aos 40 anos.

Rodrigo Alves Guerra foi contratante da administração dos tabacos na ilha do Faial, cargo em que viria a suceder com grande êxito seu irmão Manuel que, diversificando o negócio na área da importação/exportação, conseguiu engrandecer com sucesso o seu património. Construiu o palacete de Santana, a mais luxuosa moradia da cidade da Horta, onde em 1858 receberia o infante D. Luís de Bragança em passagem pelo Faial, o qual após ter ascendido ao trono no ano de 1861, o viria a nomear 1º Visconde de Santana (por decreto de 20 de Julho de 1863) e posteriormente 1º Barão de Santana (por decreto de 16 de Agosto de 1870).

Na esfera política exerceu diversos cargos, adquirindo grande visibilidade enquanto líder do Partido Histórico no distrito da Horta e como agente consular do Brasil, Suécia, Noruega e Bélgica.

A sua influência teria sido determinante na gestão do património herdado por seus sobrinhos e cunhada, presumindo-se também decisiva a sua intermediação na escolha de um cônjuge para estes órfãos de pai em idade muito jovem, o mais velho com 7 anos e o mais novo com 1 ano de idade, aos quais acresce uma irmã nascida em 1841, de pai já defunto.

Sem descendência em linha directa à data da sua morte, Manuel Alves Guerra transmitiu o seu título nobiliárquico ao segundo filho de seu irmão com o mesmo nome, que viria a ser o 2º Visconde de Santana.

Considerando esta configuração familiar como representativa do mais elevado estrato da sociedade açoriana da época, onde as alianças matrimoniais funcionavam como processo privilegiado para a manutenção do estatuto social adquirido através de sucessivas fusões de património fundiário, analisaremos os comportamentos nupciais da descendência legítima de Rodrigo Alves Guerra e de Francisca Emília Ribeiro.

Deste matrimónio nasceram seis filhos:

1) Rodrigo Alves Guerra (nascido na Horta, na freguesia de Angústias, a 10 de Abril de 1833 e falecido na Matriz a 5 de Maio de 1901, aos 68 anos). Casou em 10 de Novembro de 1855, aos 22 anos, com uma prima por parte materna, Teresa Aurélia Ribeiro Guerra de 15 anos, nascida na mesma freguesia a 27 de Janeiro de 1840 e falecida em 11 de Setembro de 1882, aos 42 anos. Tendo enviuvado, contraiu um segundo matrimónio em 12 de Julho de 1883 com uma jovem de 16 anos, Maria Cristina Simas Garcia (nascida na Matriz a 7 de Janeiro de 1867 e falecida em 19 de Outubro de 1940).

Foi um grande negociante e político na cidade da Horta (LIMA, 1923). Em 1884 estava inscrito como proprietário na Madalena com um rendimento colectável de 15\$000 réis (relativo a um único número de matriz) e também na Criação Velha onde o seu rendimento colectável global se situava nos 5\$920 réis, correspondendo a 3 propriedades: um prédio de vinha localizado na Canada do Monte, com 87,12 ares e um valor colectável de 1\$269 réis, um outro prédio de vinha na Rua da Estrada, com 77,44 ares e um rendimento colectável de 1\$300 réis e ainda um campo de terra na Canada da Igreja, com 4,84 ares e um rendimento colectável de 3\$451 réis.

2) Manuel Alves Guerra (nascido na freguesia de Angústias a 1 de Novembro de 1834 e falecido em Bruxelas a 15 de Outubro de 1910, aos 75 anos). Em 1856 concluiu o curso de Direito na Universidade de Coimbra e ingressou posteriormente na carreira diplomática, onde desenvolveu um percurso internacional notável (MÓNICA, 2005) vindo a casar em Bruxelas a 19 de Setembro de 1861, aos 26 anos de idade, com Marie Louise Bownder de Melsbroeck, aí nascida em 1840. Um dos filhos havidos deste matrimónio viria a ser o futuro 3º Visconde e 3º Barão de Santana.

O seu nome não consta nas matrizes prediais em análise.

3) Maria Adelaide Guerra de Oliveira (nascida a 26 de Agosto de 1836 na freguesia de Angústias e falecida na Matriz a 19 de Janeiro de 1897, aos 60 anos) casou a 8 de Fevereiro de 1862, aos 26 anos de idade, com o Doutor António Maria de Oliveira, natural da freguesia do Socorro e viúvo de Luísa Esménia Ribeiro.

Nenhum dos cônjuges aparece referido como proprietário nas freguesias observadas.

4) Francisca Adelaide Guerra Ribeiro (nascida a 28 de Setembro de 1838 na freguesia de Angústias e falecida a 29 de Outubro de 1888) casou a 19 de Maio de 1852, aos 14 anos de idade, com seu tio materno Francisco Pereira Ribeiro de 30 anos (nascido na Matriz a 10 de Outubro de 1821). Em 1884, o nome deste último consta no mapa da matriz predial da Madalena relacionado com 2 artigos e um rendimento colectável global de 18\$780 réis. Conhecemos apenas a descrição de uma das propriedades, localizada no centro da Vila da Madalena (Largo da Matriz) relativa a uma casa alta e quintal, com rendimento colectável de 8\$000 réis.

5) Júlia Guerra Dally (nascida a 7 de Abril de 1839, na freguesia de Angústias e falecida a 30 de Março de 1901) casou em 23 de Agosto de 1855, aos 16 anos de idade, com Augusto Dally (natural de Lisboa, sem data de nascimento conhecida e falecido a 4 de Dezembro de 1903).

Na matriz predial da Criação Velha, é imputada a Augusto Dally uma propriedade situada na Rua da Estrada, com uma casa alta, um prédio de vinha (com 1.045,44 ares) e uma terra de sementeira (com 67,76 ares), equivalendo a um rendimento colectável de 31\$800 réis. Na Madalena, corresponde-lhe ainda um número de matriz com um rendimento colectável de \$500 réis.

6) Rita Adelaide Guerra Álvares Cabral (nascida a 29 de Abril de 1841, na freguesia de Angústias e falecida a 27 de Março de 1906) contraiu matrimónio em 23 de Julho de 1859, aos 18 anos, com João Álvares Cabral, natural da cidade da Horta. Nenhum dos nomes é referido em qualquer das matrizes analisadas.

Toda a prole de Rodrigo Alves Guerra sobreviveu à idade adulta, assegurando descendência através de uma união legítima.

Comparando as idades ao primeiro casamento dos seus vários filhos e filhas com as idades médias calculadas para o conjunto dos proprietários naturais ou residentes na região ocidental da ilha do Pico, casados ao longo da segunda metade do século XIX (cf. Tabela 2), detectam-se assinaláveis desvios por inferioridade, sobretudo no caso do sexo feminino. Esta variação indicia uma particular capacidade da família (nesta circunstância tutelada pelo tio paterno) para activar alianças matrimoniais com parceiros do mais elevado estatuto social, que viabilizassem a ampliação do património dos descendentes, sobretudo através da fusão da propriedade fundiária. No mesmo sentido deverá ser interpretada a consanguinidade entre cônjuges, em segundo grau no primeiro matrimónio do primogénito e em segundo grau atingente ao primeiro na união da quarta filha de Rodrigo Alves Guerra, casada aos 14 anos de idade com seu tio materno. Com efeito, sendo de muito baixa frequência os valores encontrados para este tipo de enlces na população do município da Madalena durante os séculos XVIII e XIX (SANTOS, 2004a), presume-se que a sua excepcionalidade traduza, na maioria dos casos, uma concertação entre famílias com acesso à propriedade visando garantir a sustentabilidade económica das gerações futuras.

5.2. O caso de um médio proprietário da Criação Velha

Dos naturais e residentes na Criação Velha, Cláudio Faria Jorge era o proprietário que apresentava o maior rendimento colectável no mapa da matriz, 49\$610 réis, quantia que se aproximava apenas dos 40\$604 réis imputados a um outro residente, Manuel Lourenço Nunes. Porém, ambos os valores se distanciavam largamente dos que se referiam aos dois maiores proprietários da freguesia, António Fernandes Carvalho e Manuel Maria da Terra Brum, moradores na ilha do Faial, a cujas propriedades foram atribuídos rendimentos colectáveis de 77\$340 réis e 111\$560 réis, respectivamente.

As propriedades de Cláudio Faria Jorge, distribuídas por 53 números de registo, incluíam parcelas urbanas (casa alta e armazém; casa térrea de taberna; casa de abegoaria; casa de armazém) e parcelas rurais destinadas a diferentes tipos de cultura (semeadura, árvores, vinha com ou sem árvores), algumas destas últimas sem qualquer rendimento (bravio e campo de resteva destruído). No conjunto, predominava a cultura da vinha cuja área ocupava 1.035,76 ares dos 1.695,21 ares que lhe pertenciam. Na Madalena, possuía ainda várias parcelas de terreno dispersas por 10 artigos, correspondendo a um rendimento colectável de 9\$515 réis.

Cláudio Faria Jorge nasceu na Criação Velha a 15 de Junho de 1821, sendo o sexto dos nove filhos de Manuel Faria Jorge e de Jerónima Rosa. Celebrou o seu primeiro casamento em 28 de Novembro de 1846, aos 25 anos, com noiva natural de S. Roque da qual viria a enviuvar aos 26 anos, quando a mulher não sobreviveu a um parto de gémeos que não chegaram a receber nome. Contraiu um segundo matrimónio aos 38 anos de idade, em 12 de Abril de 1860, com Isabel Tomásia, jovem de 18 anos nascida na mesma freguesia. Faleceu a 15 de Março de 1913, aos 91 anos, viúvo pela segunda vez. Do segundo casamento teve 12 filhos, oito rapazes e quatro raparigas, todos naturais da Criação Velha:

1) Maria Tomásia (nascida a 12 de Janeiro de 1861 e falecida a 12 de Abril de 1947), casou em 17 de Janeiro de 1878 aos 17 anos, com Francisco Rodrigues Ferreira, de 29 anos, falecido em 7 de Outubro de 1920. Tiveram 5 filhos e 3 filhas, dos quais 4 rapazes e uma rapariga atingiram a idade adulta. A filha viria a falecer solteira, os filhos tiveram histórias de emigração. Dois emigraram solteiros em 1905 e 1909 e um terceiro, já casado, em 1920. Também o marido obteve licença, em 28 de Agosto de 1900, para se deslocar ao Rio de Janeiro.

2) Manuel (nascido a 17 de Março de 1862 e com data de óbito desconhecida).

3) António (nascido a 10 de Janeiro de 1864) emigrou em 1903 para os Estados Unidos da América, solteiro e com 39 anos de idade.

4) José (nascido a 3 de Fevereiro de 1866 e falecido na da Madalena a 6 de Fevereiro de 1959 aos 93 anos) emigrou em 1885 para os Estados Unidos da América, com 19 anos, muito antes da saída de seu irmão António.

5) Francisco (nascido a 16 de Agosto de 1868 e falecido a 1 de Setembro do mesmo ano, apenas com 2 semanas de idade).

6) Isabel Glória (nascida a 5 de Novembro de 1869 e falecida a 19 de Maio de 1960, aos 90 anos) casou a 3 de Junho de 1897, aos 27 anos, com Serafino Rodrigues Luís, de 23 anos, proprietário natural da Criação Velha onde viria a falecer a 3 de Julho de 1945, aos 71 anos.

7) Francisco (nascido a 28 de Dezembro de 1871 e com data de óbito desconhecida).

8) Tomás (nascido a 8 de Maio de 1874 e falecido na Criação Velha a 4 de Janeiro de 1967 aos 92 anos) emigrou para os Estados Unidos da América em 1905, solteiro e com 31 anos de idade.

9) Cláudio Faria (nascido a 20 de Setembro de 1877 e falecido na Madalena a 14 de Dezembro de 1949) também emigrou em 1907 para os Estados Unidos, tendo posteriormente regressado e contraído matrimónio na freguesia a 23 de Setembro de 1916, aos 39 anos de idade. Após o nascimento do filho primogénito, a família transferiu a sua residência para a Madalena.

10) Inácia Dores Jorge (nascida a 28 de Setembro de 1879 e falecida na cidade da Horta a 14 de Novembro de 1972 aos 93 anos) casou com José Rodrigues Amaral, natural da Madalena. Desconhecemos a data deste casamento e se teve mais descendência para além de uma filha que faleceu antes de completar os dois meses.

11) Alfredo (nascido a 22 de Abril de 1882 e falecido a 21 de Junho de 1883 apenas com 14 meses de idade).

12) Constância Lurdes (nascida a 18 de Março de 1885 e falecida em Sintra a 2 de Novembro de 1969) casou aos 23 anos com noivo natural de Santo Amaro do Pico, a essa data com 18 anos. Não se conhece a descendência do casal que, muito provavelmente, teria passado a residir no Continente.

Da numerosa descendência de Cláudio Faria Jorge, a maioria dos filhos sobreviveu à idade adulta e teve uma vida longa. Das suas quatro filhas, duas contraíram uma união matrimonial no espaço da freguesia, com indivíduos referenciados nos assentos paroquiais como proprietários, enquanto as outras duas se casaram com homens naturais de paróquias próximas, presumindo-se que estes tivessem capacidade para assegurar, através dos seus rendimentos, uma posição social compatível com a da família de origem.

Quanto aos filhos, todos emigraram para os Estados Unidos da América e apenas um não teve percurso de retorno. Dos que regressaram, dois mudaram a sua residência para a Madalena, onde se localizavam algumas propriedades de Cláudio Faria Jorge que, após a sua morte em 1913, lhes teriam sido distribuídas por herança.

Comparando as idades ao primeiro matrimónio dos vários descendentes com as médias calculadas para o grupo de médios e grandes proprietários casados na mesma época na região ocidental da ilha (cf. Tabela 2), verifica-se uma estreita proximidade de

valores e, igualmente, a maior dificuldade no acesso do sexo masculino a uma união precoce. No caso do chefe de família, Cláudio Faria Jorge, será também de assinalar o facto de terem decorrido mais de 12 anos, após o óbito da primeira esposa, antes de contrair um segundo casamento com uma noiva muito mais jovem.

5.3. O caso de uma pequena proprietária da Criação Velha

Maria da Trindade, viúva de Manuel Silveira Pereira, era proprietária com 10 números registados no mapa da matriz predial da Criação Velha, equivalendo a um rendimento colectável global de \$500 réis, valor que se situa muito aquém do rendimento médio de 2\$484 réis relativo aos residentes na freguesia (cf. Tabela 8).

As suas propriedades compreendiam uma casa baixa de morada, com rendimento de \$400 réis e um prédio de sementeira, com 2,42 ares de área e \$100 réis de rendimento. Os restantes números, relativos a 62,34 ares sem qualquer rendimento colectável, aparecem descritos como bravio destruído, bravio com silvado e campo de resteva destruído.

Maria Trindade (nascida a 1 de Dezembro de 1803 e falecida a 6 de Outubro de 1896) casou a 14 de Agosto de 1826, aos 22 anos, com Manuel Silveira Pereira (sem data de nascimento conhecida e falecido a 17 de Julho de 1878). Tiveram 4 filhos e 5 filhas:

1) Maria da Trindade (nascida a 9 de Novembro de 1827) casou aos 18 anos, com Manuel Andrade, de 27 anos de idade e também natural da freguesia. O casal emigrou para os Estados Unidos da América em 10 de Junho de 1858, acompanhado de 3 dos 4 filhos que tinham vivos. O filho mais novo acabaria por juntar-se a seus pais, partindo em viagem a 11 de Março de 1867, aos 12 anos.

2) Manuel (nascido a 10 de Dezembro de 1829 e com data de óbito desconhecida).

3) António (nascido a 5 de Março de 1832 e falecido a 26 de Maio de 1859, aos 27 anos, solteiro e pobre).

4) Francisca (nascida a 25 de Junho de 1834 e com data de óbito desconhecida).

5) Francisco (nascido a 22 de Setembro de 1837 e com data de óbito desconhecida).

6) Rosália Trindade (nascida a 18 de Fevereiro de 1839) emigrou para o Brasil em 5 de Dezembro de 1861, solteira e com 22 anos de idade.

7) Ana (nascida a 24 de Outubro de 1841 e com data de óbito desconhecida).

8) Isabel (nascida a 12 de Dezembro de 1843 e com data de óbito desconhecida).

9) José Silveira Pereira (nascido a 9 de Abril de 1847 e falecido na Criação Velha a 11 de Maio de 1917) casou a 8 de Maio de 1876, aos 29 anos, com Catarina Tomásia (nascida na mesma freguesia a 3 de Dezembro de 1835 e falecida a 27 de Novembro de 1926) a essa data com 40 anos de idade. No registo deste matrimónio, o nubente aparece referenciado como marítimo. Tiveram uma única filha, Rita, nascida a 19 de Agosto de 1881 e falecida a 16 de Julho de 1893, pouco antes de completar os 12 anos.

Do que conhecemos do percurso vital dos nove filhos de Maria da Trindade, conclui-se que a emigração se prefigurou como a possibilidade mais acessível para que a descendência pudesse escapar a uma situação de pobreza. Em 1884, a viúva só poderia contar com o apoio do filho mais novo, José da Silveira, então casado e com uma filha menor.

Duas filhas tinham seguramente emigrado, uma para os Estados Unidos da América, casada e com família constituída, a outra para o Brasil, ainda solteira. Um dos filhos já havia falecido na freguesia, solteiro e pobre, e os cinco relativamente aos quais se ignoram as datas e locais de óbito, muito provavelmente também teriam saído da ilha do Pico, ou pelo menos da área concelhia.

A propriedade de pequenas parcelas de terra com baixo ou nulo rendimento, manifestamente insuficiente para garantir o sustento da geração descendente, justificará este cenário familiar onde predominam as saídas migratórias sem retorno. Por outro lado, tanto a elevada idade ao casamento do único filho sobrevivente que permaneceu na região, como o facto de este passar a depender em simultâneo da actividade marítima, apontam para a extrema dificuldade de sobrevivência neste estrato social, sem qualquer outra capacidade para alargar o pequeno património fundiário de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes que sustentaram a análise da distribuição da propriedade nas freguesias da Madalena e Criação Velha (matrizes prediais e mapas resumo das matrizes) presumem ser proprietário qualquer indivíduo a quem esteja adstrita a posse de uma qualquer parcela rural ou urbana, independentemente da sua dimensão e respectivo rendimento colectável.

Verificámos, contudo, que uma expressiva maioria destes «proprietários» não usufruía de rendimento ou não obtinha rendimento suficiente para que o seu agregado doméstico conseguisse ultrapassar o limiar da pobreza.

O grupo de chefes de família que sobrevivia de forma desafogada a partir dos seus rendimentos constituía uma minoria heterogénea, incluindo indivíduos com referência a um único artigo inscrito na matriz e outros a dezenas de números de registos prediais. Este indicador, associado à grandeza do rendimento colectável avaliado por freguesia de residência, permite afirmar que em ambos os espaços administrativos a grande propriedade era predominantemente explorada por naturais da ilha do Faial.

Numa sociedade tipicamente rural e estratificada em função do acesso ao património fundiário, a intermediação dos progenitores no processo de selecção do cônjuge dos seus descendentes seria determinante. Na incapacidade de avançarem com esta estratégia de reprodução social, restaria a opção por um destino migratório que, a

mais longo prazo, poderia resultar num acréscimo de riqueza proporcionando futuras uniões matrimoniais vantajosas, necessariamente em idade tardia.

Os casos em estudo, que consideramos representativos de diferentes categorias sociais, ilustram os cenários familiares prevaletentes. No caso do maior proprietário da Madalena, toda a descendência sob sua tutela aceitou o casamento em idade jovem e com parceiros de idêntico estatuto, recorrendo a alianças consanguíneas e a outras que, pela sua natureza exogâmica, denunciam a activação de uma ampla rede de influências. No caso de um médio proprietário da Criação Velha, o facto de todos os filhos terem experimentado percursos migratórios de longa distância, sendo apenas um definitivo, indicia que a saída para outro país constituiu uma estratégia necessária para preservação e reforço da situação económica dos membros de uma família numerosa, cujo progenitor detinha o mais elevado rendimento colectável entre os residentes da freguesia. No caso de uma pequena proprietária da Criação Velha, a opção da maioria dos seus filhos passou pela saída da paróquia à qual nunca retornariam. Com efeito, a posse de pequenas terras com baixo ou nenhum rendimento funcionaria unicamente como um complemento na economia familiar, sendo manifestamente insuficiente para garantir o sustento da geração descendente.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1991) – *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», 9: 1, p. 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta (1992) – *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2004a) – *População e recursos básicos. As quatro ilhas do ex-distrito da Horta em finais do século XIX*. «Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 175-205.
- AMORIM, Maria Norberta (2004b) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 1 – *As Famílias de S. João nos finais do século XIX*. Lajes: Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2005) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 2 – *As Famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX*. S. Roque: Município de S. Roque do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2006) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 3 – *As Famílias de espaço de S. Caetano entre os séculos XIX e XX*. Madalena: Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2007) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 4 – *As Famílias das Lajes (1ª parte) em finais do século XIX*. Lajes: Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2008) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 5 – *As Famílias de S. Mateus em finais do século XIX*. Madalena: Município da Madalena do Pico/CITCEM.

- AMORIM, Maria Norberta (2009a) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 6 – *As Famílias da Prainha em finais do século XIX*. S. Roque: Município de S. Roque do Pico/CITCEM.
- AMORIM, Maria Norberta (2009b) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol.1 – *As Famílias*. Tomo 7 – *As Famílias das Lajes (2ª parte) em finais do século XIX*. Lajes: Município das Lajes do Pico/CITCEM.
- AMORIM, Maria Norberta & Santos, Carlota (2009) – *Marriage Strategies in Azorean Communities of Pico Island (19th Century) – Differentiated Female Behaviour in Choosing a Lifelong Partner*. In DURÃES, Margarida; FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; FERRER, Llorenç; KOK, Jan, eds. – *The transmission of Well-Being-Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th-20th Centuries)*. Bern: Peter Lang AG – Internationaler Verlag der Wissenschaften, p. 143-199.
- FLINN, Michel (1981) – *The European Demographic System, (1500-1820)*. Suffolk: The Harvester Press.
- HENRY, Louis & HOUDAILLE, Jacques (1979) – *Célibat et âge au mariage aux XVIIIe et XXe siècles en France, II, Âge au premier mariage*. «Population», 34: 2, p. 403-442.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) – *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LIMA, Marcelino (1923) – *Famílias Faialenses – Subsídios para a História da Ilha do Faial*. Horta.
- MESQUITA, Maria Hermínia (1998) – *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*. Ponta Delgada: Direcção Regional da Cultura.
- MESQUITA, Maria Hermínia (2007) – *A Criação Velha nos finais do século XIX: uma abordagem baseada nos registos de propriedade*. «Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 627-645.
- MÓNICA, Maria Filomena, coord. (2005) – *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República.
- ROCHA, Gilberta & RODRIGUES, Vítor (1983) – *A população dos Açores no ano de 1849*. «Arquipélago», número especial. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota (2004a) – *Endogamia e consanguinidade no concelho da Madalena – Ilha do Pico (séculos XVIII e XIX)*. «Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 207-226.
- SANTOS, Carlota (2004b) – *Biodemografia do concelho da Madalena – Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- SANTOS, Carlota (2009) – *Comunidades marítimas da Ilha do Pico: comportamentos demográficos durante os séculos XIX e XX*. In DUBERT, Isidro & SOBRADO CORREA, Hortênsio, eds. – *El mar en los siglos modernos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, tomo 1, p. 53-70.

Fontes

- Serviço de Finanças da Madalena (Ilha do Pico) – *Mapa da matriz predial da Madalena 1884*, sem tratamento arquivístico.
- Serviço de Finanças da Madalena (Ilha do Pico) – *Mapa da matriz predial da Criação Velha 1884*, sem tratamento arquivístico.

